

Gabarito máximo de dois pavimentos ou 7,5 m. com telhado de inclinação mínima de 30%;

Taxa de ocupação de até 20%, com índice de permeabilidade mínimo de 80%;

Conservação do coqueiral existente, sendo que, nos casos de necessidade de corte haverá replantio, na proporção de 3 coqueiros para cada um que for suprimido;

Arborização priorizando as espécies frutíferas da flora nativa;

Proibição completa da eliminação das formações florestais remanescentes,

Qualquer ocupação só poderá se dar em áreas já desmatadas;

O uso de áreas úmidas só poderá ser autorizado após a elaboração de estudos prévios que analisem as suas funções ecológicas e hidrológicas, avaliando a sua importância para a conservação dos ecossistemas locais.

Manutenção pelo proprietário das áreas protegidas pela legislação, bem como a recuperação das áreas degradadas e/ou em processo de degradação;

Obrigatoriedade dos proprietários, de revegetação das áreas livres e comuns do lote ou gleba.

→ ZEP - ZONA DE EXPANSÃO PRIORITÁRIA

Características

Corresponde às áreas em processo de expansão urbana atual no entorno da cidade de Itacaré e do povoado de Serra Grande.

Objetivos

Estabelecer critérios de uso e ocupação para as áreas de expansão urbana do entorno da cidade de Itacaré e o povoado de Serra Grande.

Aspectos Ambientais

São áreas com elevado nível de antropização, na sua maioria com ocupação residencial esparsa, contendo quintais e pequenos "roçados", já havendo uma forte influência da pressão demográfica local.

Uso Atual

Áreas cultivadas ou com pequenas pastagens, próximas dos povoados, havendo uma certa predominância dos "quintais", muitas vezes com demarcação informal de lotes. No caso específico da cidade de Itacaré e seu entorno, já existe um

processo aleatório e desordenado de ocupação com residências, algumas delas através do processo de "invasões". Na porção litorânea do entorno da cidade, existe o Loteamento Conchas do Mar, em processo de aprovação pelos órgãos competentes.

Uso Indicado

Uso residencial unifamiliar, plurifamiliar, comércio, turismo e serviço de alimentação;

Parâmetros Ambientais

Elaboração de Plano Diretor de Expansão Urbana para a cidade de Itacaré, com acompanhamento da administradora da APA;

Elaboração de Plano de Referência Urbanística para o povoado de Serra Grande, com acompanhamento da administradora da APA;

Cadastramento de todos os loteamentos existentes e regularização junto às prefeituras de Itacaré e Uruçuca, com o acompanhamento da administradora da APA, no sentido de adequá-los às diretrizes do Zoneamento;

Em caso de solicitação da administradora da APA, apresentação do P.D.I. (Plano Diretor Informativo) com informações do imóvel e onde se dará a execução do projeto, em escala de 1:2.000, destacando-se os elementos do meio natural, sujeitos às restrições da legislação ambiental específica;

Lote mínimo de 500 m²;

Gabarito máximo de dois pavimentos ou 7,5 m. com telhado de inclinação mínima de 30%;

Taxa de ocupação 30%, com índice de permeabilidade de 60%;

Taxa de ocupação para comércio, turismo e serviço de alimentação de até 70%, com índice de permeabilidade mínimo de 30%;

Projeto de arborização priorizando-se espécies da vegetação nativa, sendo que para cada 50 m² de área impermeável plantar uma árvore;

* Proibição completa da eliminação das formações florestais remanescentes;

* O uso de áreas úmidas só poderá ser autorizado após a elaboração de estudos prévios que analisem as suas funções ecológicas e hidrológicas, avaliando a sua importância para a conservação dos ecossistemas locais;

- * Manutenção pelo proprietário das áreas protegidas pela legislação, bem como a recuperação das áreas degradadas e/ou em processo de degradação;
- * Obrigatoriedade dos proprietários, de revegetação das áreas livres e comuns do lote ou gleba.

NUA - NÚCLEO URBANO DE APOIO

Caracterização

A definição desta zona está ligada ao macro- planejamento da unidade de conservação, procurando dotar de infra-estrutura de apoio e serviços uma área localizada equidistante entre o povoado de Serra Grande e a cidade de Itacaré, a qual funcionará futuramente como vila residencial e comercial, especialmente para prováveis novos moradores ligados aos projetos turísticos a se localizarem na porção litorânea central da APA.

Objetivos

Estabelecer alternativas de surgimento para novos núcleos urbanos, tendo em vista o desenvolvimento de projetos e empreendimentos voltados para o turismo.

Aspectos Ambientais

Ambientes já bastante modificados, verificando-se a presença de áreas com pastagens e cultivos diversos como mandioca, milho, feijão, frutíferas, etc. Verifica-se a presença de remanescentes esparsos de vegetação secundária, principalmente em estágios médio e inicial de regeneração, além de alguns pequenos cursos d'água. O relevo predominante é o ondulado a suavemente ondulado, notando-se algumas poucas áreas de declividade mais acentuada. Os solos variam de argilosos, argilo-arenosos e franco-arenosos.

Uso atual

Áreas agrícolas atuais e residuais, normalmente desmatadas para retirada de madeira, produção de carvão e cultivos temporários, posteriormente abandonadas, além de pasto sujo sem manejo atual.

Uso Indicado

Conservação da cobertura florestal;

Implantação de cultivos econômicos típicos dos sistemas agroflorestais;

Uso Agropastoril, priorizando-se cultivos agrícolas com utilização de espécies arbóreas perenes e semiconfinamento na atividade pastoril;

Uso residencial unifamiliar, plurifamiliar, turismo e serviço de alimentação;

Comércio e serviços;

Atividades de infra-estrutura e apoio ao desenvolvimento dos projetos turísticos existente para a APA

Parâmetros Ambientais

Proibição completa da eliminação das formações florestais remanescentes;

Os novos projetos de parcelamento só poderão ser implantados em áreas já desmatadas;

Manutenção das faixas de preservação permanente de 30,00 m ao longo dos rios e córregos, permanentes ou intermitentes, mesmo estando as áreas já inteiramente antropizadas

Identificação dos remanescente florestais pelos proprietários rurais, através da elaboração do P.D.I. (Plano Diretor Informativo), podendo essas áreas serem transformadas em Reserva Particular do Patrimônio Natural, R.P.P.N.

Lote mínimo de 300 m²;

Gabarito máximo de dois pavimentos ou 7,5 m. com telhado de inclinação mínima de 30%;

Taxa de ocupação 30%, com índice de permeabilidade de 60%;

Projeto de arborização priorizando-se espécies da vegetação nativa, sendo que para cada 50 m² de área impermeável plantar uma árvore;

Manutenção pelo proprietário das áreas protegidas pela legislação, bem como a recuperação das áreas degradadas e/ou em processo de degradação;

Obrigatoriedade dos proprietários, de revegetação das áreas livres e comuns do lote ou gleba.

NUC - NÚCLEO URBANO CONSOLIDADO

Caracterização

Corresponde aos núcleos urbanos já consolidados existentes no interior da APA do Litoral de Itacaré e Serra Grande, as quais apresentam um perfil de ocupação

desordenada e carentes de infra-estrutura, especialmente esgotamento sanitário, abastecimento de água potável e serviço de limpeza urbana.

Objetivos

Tentar reverter a atual tendência de adensamento, descaracterização ambiental e paisagística, que ocorrem tanto na cidade de Itacaré, quanto no povoado de Serra Grande, estabelecendo-se parâmetros para uso e ocupação do solo.

Aspectos Ambientais

Os núcleos urbanos apresentam aspecto de descaracterização ambiental, especialmente quanto à ocupação das áreas de preservação permanente e comprometimento da qualidade das águas que margeiam estas localidades, especialmente a cidade de Itacaré. Percebe-se um grande adensamento sobre determinadas áreas, em contraste com amplas áreas sem ocupação.

Uso Atual

Localidades de ocupação antiga e consolidadas, com características tipicamente urbanas, onde residem basicamente comerciantes, agricultores, empresários, pescadores e trabalhadores rurais, além de veranistas residentes especialmente na região. Itacaré é uma cidade pequena, enquanto Serra Grande é apenas um povoado do município de Uruçuca.

Uso Indicado

Uso residencial unifamiliar, plurifamiliar, comércio, turismo e serviço de alimentação e diversos;

Parâmetros Ambientais

Elaboração de Plano Diretor de Expansão Urbana para a cidade de Itacaré, com acompanhamento da administradora da APA;

Elaboração de Plano de Referência Urbanística para o povoado de Serra Grande, executado sob a coordenação da Prefeitura de Uruçuca e acompanhamento da administradora da APA;

Cadastramento de todos os loteamentos existentes e regularização junto às prefeituras de Itacaré e Uruçuca com o acompanhamento da administradora da APA, no sentido de adequá-los às diretrizes do zoneamento e às normas ambientais e urbanísticas vigentes;

Lote mínimo de 300 m²;

Gabarito máximo de dois pavimentos ou 7,5 m com obrigatoriedade de telhado com inclinação mínima de 30%;

Taxa de ocupação residencial máxima de 50%, com índice de permeabilidade mínimo de 50%;

Taxa de ocupação para comércio, turismo e serviço de alimentação de até 80%, com índice de permeabilidade mínimo de 20%;

Projeto de arborização priorizando-se espécies da vegetação nativa, sendo que para cada 50 m² de área impermeável plantar uma árvore;

Solução pública para esgotamento sanitário, abastecimento de água, eletrificação, sistema viário, além de coleta e disposição final de lixo.

O uso de áreas úmidas só poderá ser autorizado após a elaboração de estudos prévios que analisem as suas funções ecológicas e hidrológicas, avaliando a sua importância para a conservação dos ecossistemas locais;

Proibição completa da eliminação das formações florestais remanescentes, qualquer ocupação só poderá se dar em áreas já desmatadas;

Fiscalização intensiva para impedir a ocupação das áreas de preservação permanente.

Manutenção pelo proprietário das áreas protegidas pela legislação, bem como a recuperação das áreas degradadas e/ou em processo de degradação;

Obrigatoriedade dos proprietários, de revegetação das áreas livres e comuns do lote ou gleba.



GESTÃO E MANEJO DA APA

A formulação de uma proposta de gestão e manejo para a Área de Proteção Ambiental do Litoral de Itacaré e Serra Grande, consiste em estruturar uma bem montada equação, que inclua as possíveis variáveis do processo prático de sua administração.

Conforme análise de diversos Planos de Manejo de Unidades de Conservação no Brasil, destacando-se o **Zoneamento Agroecológico da Ilha de Fernando de Noronha**, o **Parque Quilombo**, o **Parque Estadual da Ilha do Cardoso**, a **Estação Ecológica dos Chuás**, o **Projeto Pinciguaba/Ubatuba**, o **Parque Nacional da Serra da Bocaina** e a **APA de Cairuçu**, percebe-se a condução de uma linha metodológica voltada para o estudo aprimorado do ambiente, em escala detalhada, chegando-se à definição de diretrizes e parâmetros que permitem, mesmo em zonas de preservação, a presença de ação antrópica, desde que localizada em pontos onde o ambiente já tenha sido alterado ou com capacidade de suporte para alteração, como é o caso de edificação de apoio em Parques e Estações Ecológicas.

O Zoneamento da APA de Itacaré/Serra Grande, pautou-se no reconhecimento da realidade obtida em campo (apresentado no Volume I - Diagnóstico Ambiental), estudo em documentos bibliográficos e cartográficos e, principalmente, **adotou-se um modelo de desenvolvimento** para os micro e macro ambientes, independentemente do aparato legal existente sobre os mesmos. **Considera-se portanto, que a APA, enquanto categoria de Unidade de Conservação não existe nem para criar, nem para repetir legislação e sim, para identificar alternativas de uso ecologicamente sustentáveis, em cumprimento fiel e total ao arcabouço legal vigente.**

Considerando-se que a escala de 1:25:000 adotada, conforme Termo de Referência apresentado pela contratante, permite traçar as diretrizes apenas de macro-planejamento, para análise dos projetos executivos a serem implantados na área, será necessário apresentação de cartografia da área em escala de detalhe (1:2.000), na qual se poderá observar a delimitação exata dos ecossistemas passíveis de restrições de uso e ocupação.

A depender da zona onde está localizado, tipologia e porte do empreendimento ou atividade, a administradora da APA exigirá do interessado o **Plano Diretor Informativo - P.D.I.**, a ser elaborado conforme Termo de Referência apresentado pela administradora da APA.

O modelo de gestão foi pensado de forma a proporcionar instrumentos práticos de reconhecimento da realidade de campo, além de integrar as ações das instituições com atuação na área, de forma a tirar o máximo partido da

capacidade de cada uma delas em contribuir com a administração e controle do uso dos recursos ambientais.

O enfoque metodológico adotado para este Plano de Manejo, reflete, portanto, a proposta de desenvolvimento que o Estado da Bahia possui para a área, com base em projetos turísticos de baixa densidade, o turismo náutico, a pesca esportiva e o agroturismo, os quais deverão ser posteriormente aprovados pelas Câmaras Municipais de Itacaré e Uruçuca.

MODELO OPERACIONAL

A gestão da APA do Litoral de Itacaré e Serra Grande será fundamentada na co-gestão participativa da União, Estado e Municípios envolvidos, além da sociedade civil.

A CODETUR, órgão da Secretaria de Cultura e Turismo do Estado da Bahia - SCT, como Administradora da APA, coordenará o processo, através de um **balcão único**, com a participação da Ceplac, Ibama, CRA, Polícia Militar do Estado, Interba, Prefeitura de Itacaré e Uruçuca, além das ONG's.

Para efetivação das parcerias e cooperação técnica entre a CODETUR e demais entidades, será assinado convênio, estabelecendo a forma da sua participação para manutenção da qualidade ambiental da APA.

A institucionalização da ação conjunta na gestão da APA, a ser formalizada através de convênio, será regulamentada através de Resolução do Conselho Estadual de Meio Ambiente - CEPRAM, tendo em vista o controle processual de documentos e a delegação de poderes e responsabilidades. A referida Resolução referendará o fluxo processual para aprovação dos projetos a se implantarem na APA, de acordo com o seu porte e tipologia, **estabelecendo prazos para pronunciamento de cada órgão e instituição envolvidos.**

INSTITUIÇÕES E ÓRGÃOS ENVOLVIDOS NA GESTÃO DA APA

A gestão conjunta da APA do Litoral de Itacaré e Serra Grande prevê, além da análise e aprovação de empreendimentos e atividades, as ações de fiscalização e educação ambiental, envolvendo os órgãos e instituições conveniados, cuja atuação institucional deverá ser potencializada para o cumprimento dos objetivos pretendidos.

ADMINISTRADORA DA APA

A Secretaria de Cultura e Turismo do Estado - SCT, através da sua Coordenação de Desenvolvimento do Turismo - CODETUR, como entidade administradora, possuirá como principal papel a coordenação do processo de análise e

aprovação dos projetos de uso e ocupação do solo no interior da APA. Objetiva-se com esta coordenação, garantir a manutenção da qualidade ambiental da área, com a finalidade de atrair investimentos voltados para o turismo de baixa densidade, gerador de emprego e renda.

A administração de uma APA possui indicativos legais já previstos na Resolução CONAMA N° 10/88, embora a sua administração prática, esteja submetida a uma série de variáveis inerentes do processo que inicia-se com o tipo de Decreto que a criou, o poder público a qual está vinculado (federal, estadual ou municipal) e o tipo de atividade institucional a qual a Administradora está relacionada.

No caso específico da SCT, a entidade é uma Secretaria Estadual de Governo, que administrará através de sua Coordenação de Desenvolvimento do Turismo - CODETUR. Para melhor desempenho da atividade administrativa da APA, a CODETUR se estruturará através da criação de um Escritório Regional, instituindo apartir daí, a criação do **balcão único**, formado pelos demais componentes da gestão colegiada.

Para maior eficiência da gestão da APA, deverá ser montado um banco de dados informatizado sobre a estrutura fundiária da área e o seu meio natural, permitindo que a Administradora modernize e acompanhe o nível acelerado das ações do antropismo, garantindo assim a sustentabilidade a longo prazo do manejo.

INSTITUIÇÕES, ORGÃOS E ENTIDADES COLEGIADAS

Para a formação do Conselho Colegiado que integrará o **balcão único** na administração da APA, serão identificados organismos públicos governamentais e/ou não governamentais, com atividades afins e funções correlatas, sendo consolidado através de Convênio de Cooperação Técnica a atuação dos mesmos.

A escolha dos membros e permanência dos mesmos no balcão único ficará a cargo da CODETUR, até a existência da primeira reunião extraordinária que normatizará a existência do referido Conselho. O **balcão único terá uma composição permanente da Administradora, do CRA e das Prefeituras, sendo envolvidos os demais participantes quando houver pertinência.**

Na administração da APA do Litoral de Itacaré/Serra Grande, identifica-se atualmente, os seguintes organismos com atividades e funções adequadas para participarem do Conselho Colegiado, podendo o mesmo ser acrescido, suprimido e/ou substituído:

Membros Permanentes

Prefeitura Municipal de Itacaré

Prefeitura Municipal de Uruçuca



Centro de Recursos Ambientais - CRA

Membros Temporários

Departamento de Desenvolvimento Florestal - DDF

Instituto de Terras da Bahia - INTERBA

BAHIAPESCA

Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional - CAR

Polícia Militar do Estado da Bahia - PM-Ba

Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - IBAMA

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN

Secretaria de Patrimônio da União - SPU

Comissão Executiva da Lavoura Cacaueira - CEPLAC

GRAMA

IESB

Fundação Pau Brasil

Grupo Ecológico Boto Negro

Associação de Comerciantes e Barraqueiros de Itacaré

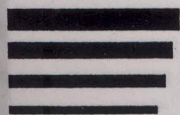


FLUXO PROCESSUAL PARA APROVAÇÃO DE PROJETOS

A excessiva burocratização é responsável pela condução muitas vezes ilegal, ou sem o devido controle, dos processos que legitimam o uso e ocupação do solo, além de dificultar as ações de fiscalização ambiental.

Propõe-se para a APA do Litoral de Itacaré e Serra Grande, uma experiência de condução processual conjunta, agilizada e informatizada, através de um **balcão único**, aproveitando-se a estrutura e experiência dos órgãos que já atuam na região, conforme abordado anteriormente.

O princípio básico é a criação do processo único para aprovação dos empreendimentos e atividades na área da APA, poupando o empreendedor



de submeter-se a toda uma seqüência institucional, definindo-se, assim, objetividade para a iniciativa privada e domínio e controle de informação por parte dos órgãos competentes, especialmente a coordenadora do processo, a Secretaria de Cultura e Turismo - S.C.T.

O fluxo processual inicia e termina, conforme mencionado anteriormente, em um **balcão único**, sob a coordenação da CODETUR, sendo acompanhado paralelamente pelas Prefeituras, concluindo-se o processo no âmbito da Administradora com a elaboração do **Termo de Acordo e Compromisso - TAC**, o qual finalizará o processo de licenciamento através de um instrumento jurídico-institucional. No âmbito municipal, o processo será finalizado com a emissão do **Alvará de Localização e Funcionamento**.

PROCESSO DE LICENCIAMENTO DO USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

A Administradora da APA licenciara todas as atividades que importem em alterações ambientais significativas, em parceria com o poder público municipal e os demais integrantes do **balcão único**, conforme assegura a Resolução 10/88 do CONAMA.

As atividades de baixo impacto ambiental e impacto desprezível, serão identificadas e devidamente relacionadas após o funcionamento do **balcão único**. Estas atividades serão licenciadas exclusivamente na esfera municipal, concluindo sua aprovação através do Alvará Municipal. As demais atividades consideradas de impacto significativo, serão encaminhadas ao **balcão único**, ficando a Administradora responsável pela decisão dos demais caminhamentos processuais.

A depender do porte do empreendimento ou atividade, a Administradora solicitará elaboração do **Plano Diretor Informativo - PDI** ou simplesmente conduzirá a aprovação final através do **Termo de Acordo e Compromisso - TAC**.

FERRAMENTAS DE APOIO À ADMINISTRADORA

Para agilização do rito administrativo da APA, sugere-se os seguintes instrumentos, que definirão os caminhamentos processuais:

INFORMAÇÃO PRELIMINAR DE PROJETO

Durante esta etapa, deverá ser apresentado à Administradora informações gerais sobre o **PROJETO**, que após analisado e discutido com o interessado, emitirá **Análise de Orientação Prévia - AOP**.

Para subsidiar o estudo da área pretendida, o empreendedor deverá apresentar à Administradora:

documentação do imóvel;

dados do proprietário;

descrição sumária do projeto (área, aspectos ambientais e atividade pretendida);

planta de localização na escala de 1: 25.000, situando a área pretendida para intervenção no interior da poligonal da APA;

fotografias coloridas da área, no sentido N, S, L e O.

ANÁLISE DE ORIENTAÇÃO PRÉVIA - AOP

Após manifestação prévia sobre o **PROJETO**, a Administradora emitirá **AOP**, instruindo o interessado sobre os próximos passos ou arquivamento final do processo.

Havendo possibilidade de utilização da área pretendida, a Administradora solicitará do interessado a depender do porte do empreendimento e quando julgar necessário, **PLANO DIRETOR INFORMATIVO - PDI**, com informações do **PROJETO EXECUTIVO** e dados da área do imóvel com informações ambientais detalhadas. Nos casos onde não houver necessidade do **PDI**, o licenciamento sobre o uso e ocupação do solo será finalizado com a elaboração do **TAC**.

PLANO DIRETOR INFORMATIVO - PDI

Instrumento informativo em escala de 1:2.000, que apresentará todos os dados necessários à avaliação do Projeto Executivo e sua inserção no ambiente natural, nos casos em que a Administradora assim determinar.

Para elaboração do **PDI**, a Administradora fornecerá **Termo de Referência**, sendo o mesmo específico para cada área em estudo. O Termo de Referência poderá conter as seguintes informações:

Apresentação

Objetivos

Metodologia

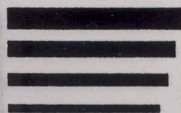
Caracterização do Empreendimento

- Área do Projeto (mapa 1:2.000 a 1:500))
- Mapa de Uso Atual do Solo (mapa 1:2.000)
- Mapa de Localização Regional (mapa 1:100.000 a 1:500.000)
- Mapa de Situação (1:25.000)
- Dados completos sobre o projeto executivo

Diagnóstico Ambiental

Meio Físico (mapa temático 1:2.000)

- Clima
- Pedologia



- Geologia
- Geomorfologia
- Recursos Hídricos

Meio Biótico (mapa temático 1:2.000)

- Descrição da Flora
- Descrição da Fauna

Meio Antrópico

- Histórico da ocupação
- Estrutura fundiária no entorno da área
- Perfil sócio-econômico local e regional
- Configuração urbana no entorno do projeto

Análise da legislação incidente sobre a área do projeto e seu entorno

- Localização de áreas sobre preservação permanente
- Diretrizes legais para uso e ocupação da área

Zoneamento Ecológico-Econômico (mapa 1:2.000)

Descrição dos impactos a serem gerados e medidas mitigadoras propostas

Recomendações

Referência Bibliográfica

Anexo Fotográfico

O **PDI** só será aceito como instrumento informativo pela Administradora da APA, sendo elaborado por técnico de nível superior, com qualificação técnica para exercer tal função, sendo necessário o Registro do **PDI** junto ao Conselho do Técnico do profissional que assina como responsável pelo documento.

Para elaboração do **PDI** os empreendedores terão apoio institucional dos órgãos conveniados que participam da gestão da APA.

O **PDI** estará sujeito a aprovação da Administradora da APA, especialmente quanto a compatibilização do mesmo com o Zoneamento Ecológico Econômico da APA. Com a sua aprovação, a Administradora firmará com o proponente **Termo de Acordo e Compromisso - TAC**, conforme legislação específica sobre o assunto, assegurando direitos e deveres entre as partes.

A Administradora exigirá do empreendedor, o material cartográfico do **PDI** em forma digital (**Auto-Cad ou similar**). Em caso de aprovação do **PDI** e após o pronunciamento positivo dos demais integrantes do **balcão único**, a CODETUR passará à condição de parceira empresarial do empreendedor, orientando-o tecnicamente, inclusive quanto a captação de recursos e assistência empresarial.

TERMO DE ACORDO E COMPROMISSO - TAC

O **TAC** será o instrumento que finalizará o processo de licenciamento sobre o uso e ocupação do solo no interior da APA, nas atividades e projetos que impliquem

em alterações significativas no ambiente, sujeitas ou não a elaboração de **PDI**, a serem determinadas pelo **balcão único**.

O **TAC** definirá e documentará todos os deveres, direitos e condicionantes conclusivos do processo de licenciamento, sendo os mesmos transferidos em caso de compra e venda do imóvel ou repassado para herdeiros e sucessores.

O **TAC** será um instrumento público e normativo com força de lei, o qual deverá sempre ser registrado em Cartório de Títulos e Documentos, conforme legislação específica sobre o assunto e devidamente acordado entre todos os membros do **balcão único**.

PLANOS DE AÇÃO

Conforme já descrito anteriormente, a área em questão vive atualmente do incipiente turismo de visitação, da pesca artesanal e da agricultura cacaujeira, com a presença de alguns cultivos de subsistência, além da atividade madeireira e pecuária extensiva. Para viabilização do modelo de gestão proposto, algumas alternativas de manejo deverão ser incorporadas, adaptadas, melhoradas e/ou revistas à atividade econômica atual, as quais serão descritas a seguir:

AÇÕES ESTRUTURANTES

AGRICULTURA

Com ambientes típicos de floresta ombrófila densa, característica de clima tropical quente e úmido, as propostas da agricultura deverão inserir-se, naturalmente, neste ecossistema florestal. Imaginar outra proposta de agricultura para a região é forçar uma intensidade do antropismo, normalmente voltados para a derrubada da floresta e o uso constante de agroquímicos.

Os usos atuais da terra podem ser reorientados para sistemas de produção mais intensivos, seja pela formação de pomares e produção de mudas, seja pela constituição de sistemas de produção agroflorestais baseados em cacau, pupunha, banana, coco, piaçava, e árvores de valor madeireiro.

A agricultura do cacau foi, durante muitos anos, uma feliz combinação de manejo agroflorestal, só vindo a entrar em crise por razões político-administrativas. Ainda assim, no nível de limitações deste estudo, a recomendação pela retomada do cultivo de cacau em moldes apropriados ao mercado de consumo e ao modelo de produção em consonância com a realidade sócio-econômica, tanto a nível local como nacional, é fator preponderante nas diretrizes deste Plano de Manejo. De forma global, pode-se citar algumas alternativas para o modelo agrícola a ser conduzido na Unidade de Conservação.

Reavaliação da Agricultura do Cacau

O cacau na Bahia é plantado sob a sombra de outras árvores. Quando as árvores da mata original são preservadas para sombra, esse sistema de plantio é chamado "cabruca". Um estudo ecológico das fazendas de cacau mostrou que a diversidade de aves e mamíferos em cabruca é menor do que em mata primária, mas é maior do que em áreas onde o cacau foi plantado depois de uma derrubada total.

Assim, observa-se que a manutenção do cacau sob floresta, se ainda estão produtivos, com enriquecimento/diversificação, envolvendo outras culturas que suportam ou se beneficiam da sombra (pupunha p/palmito, cupuaçu, banana, árvores madeiráveis, a exemplo do mogno), consiste em uma alternativa extremamente viável para a região como um todo.

Segundo Menezes (1993), a região cacaueira poderia adotar uma série de medidas em torno dos objetivos plausíveis, concretos e de longo prazo para a região, entre os quais, recomenda-se:

- aumentar a eficiência econômica das unidades de produção, permitindo que se alcance patamares crescentes de produtividade, a custo unitário decrescente, inclusive compatíveis com possíveis situações de baixo preços;
- preservar a total capacidade competitiva do complexo cacau a fim de manter um nível médio de produção potencial entre 500 e 600 mil ton/ano. Com esse nível, a produção assegurará sua participação competitiva no mercado mundial, atendendo o crescente consumo externo e permitindo que a indústria doméstica de processamento alcance economias de escala;
- aprimorar a capacidade empresarial do cacaucultor.
- preservar a cacaucultura através do desenvolvimento auto-sustentado e ambientalmente correto.

Aproveitamento de Áreas Desmatadas

Desenvolvimento de plantios perenes, como banana, macadâmia, côco, laranja, lima, limão, piaçava, cupuaçu. A idéia é desenvolver sistemas agrícolas diversificados com pomares e plantios comerciais, sem utilização de agroquímicos.

Implantação de Sistemas Agroflorestais

Esta é uma alternativa viável para pequenos e médios agricultores que possuem fazendas com a presença de remanescentes florestais. Os consórcios agroflorestais são uma combinação de um número limitado de espécies, entre as quais algumas perenes. São manejados principalmente para a geração de

produtos comercializáveis. Na sua maioria, as espécies são produtivas, podendo entrar no consórcio espécies "adubadoras".

As agroflorestas são combinações agroflorestais permanentes, com alto grau de biodiversidade, apresentando uma estrutura vertical e horizontal bastante parecida à estrutura de uma floresta nativa heterogênea alta e densa. A estrutura horizontal é caracterizada pela ocorrência de "clareiras", manejadas como áreas de substituição ou de regeneração de espécies úteis. As agroflorestas podem ser confundidas com vegetação de "quintais", mas distinguem-se pelo fato de serem mais afastadas da moradia do agricultor e envolverem um maior número de espécies arbóreas de grande porte, sejam madeiras sejam de uso múltiplo, incluindo o uso madeireiro.

Para implementação dos sistemas agroflorestais, os agricultores precisarão desenvolver um esquema de produção de mudas viável do ponto de vista econômico.

A produção de mudas exige um pequeno espaço da propriedade que seja bem drenado, com boa iluminação para instalação de viveiros. No local escolhido deve haver água disponível para irrigação, sendo necessária a proteção do vento e de animais domésticos.

O mogno é da mesma família que o cedro e a andiroba, preferindo as áreas de floresta tropical subúmida, com pluviosidade superior a 1.800 mm. Alguns pequenos agricultores da Amazônia vêm cultivando esta espécie de alto valor madeireiro, em consórcio com a pupunha, cupuaçu, graviola e outras culturas perenes, como o mamoeiro e a banana. Outras alternativas para consórcios agroflorestais podem ser a jaqueira, a cajá, a mangueira, o abacateiro, a frutapão, o cajueiro, a pinha, etc.

O mogno cresce em diversos tipos de solos, inclusive levemente pantanosos. Porém, os melhores índices de crescimento são obtidos em matas ciliares não inundáveis, relativamente férteis e com boa drenagem.

Nas florestas nativas, a regeneração natural se dá exclusivamente nas clareiras abertas pela caída de árvores. O mogno é uma espécie pioneira, da fase inicial de recolonização florestal de clareiras e áreas desmatadas. As regenerações mais abundantes ocorrem em áreas que foram queimadas, seja por um incêndio na floresta, seja por queimadas de roçados. Isto se dá devido ao fogo controlar, em certa medida, a ação dos insetos sobre as sementes, e também porque facilita o acesso das raízes ao solo, já que a serrapilheira é mineralizada no fogo.

As especificidades do mogno, assim como de outras espécies madeiras, aliado ao longo tempo para se fazer o corte da madeira (normalmente acima de 20 anos) faz com que a opção econômica da silvicultura seja mais viável se integrada ao cultivo perene de retorno rápido.

MANUTENÇÃO INTEGRAL DA FLORESTA

Até agora, o foco da política de conservação de habitats tem sido a compra e preservação de reservas biológicas públicas. Mas os remanescentes de mata primária na região, além da Reserva Biológica de Una (7000 ha) e poucas manchas pertencentes a empresa particulares, são áreas pertencentes a cacauicultores e madeireiros. Estas áreas são geralmente muito pequenas e fragmentadas para serem transformadas em reservas públicas. Espécies da fauna endêmica e ameaçadas de extinção na região dependem dessas manchas de matas particulares para sobreviver. A população estimada de 300 indivíduos do mico-leão-de-cara-dourada (*L. chrysomelas*), por exemplo, existente na Reserva Biológica de Una, é insuficiente para manter a viabilidade da espécie na vida silvestre. De acordo com estimativas recentes, dois mil indivíduos desta espécie vivem em manchas de mata pertencentes a fazendeiros de cacau, conforme relatos da Conservation International.

Por estes motivos, políticas para conservar a floresta devem considerar os meios mais econômicos de salvar manchas de mata ecologicamente importantes, e também desenvolver alternativas da região. A continuidade do processo atual irá provavelmente eliminar ou degradar os remanescentes de mata nas fazendas de cacau, nos próximos dez anos.

A maioria dos remanescentes da mata atlântica está nas mãos dos grandes cacauicultores, que tradicionalmente monopolizam os benefícios do governo para a região. Eles são beneficiados com assistência técnica e financeira, proporcionais à produção de cacau.

No entanto, a conservação da biodiversidade que ainda existe nos remanescentes de mata, dentro das fazendas, representa um patrimônio ambiental, que justifica uma política de compensação para proprietários compromissados a não degradar essas áreas. É necessário a criação de uma política com incentivos econômicos positivos para não desmatar, com subsídios para florestas averbadas em Reservas Particulares do Patrimônio Natural-RPPN. Uma política deste tipo seria menos onerosa para o poder público do que a criação de reservas públicas.

As matas remanescentes estão em áreas fragmentadas, que poderiam ser interligadas para formar áreas maiores. Os proprietários da terra, incentivados pelos benefícios fiscais e interessados na conservação de suas matas particulares, podem oferecer mais proteção à floresta que o próprio Ibama. Sem esses incentivos os remanescentes florestais na região correm grande risco de desaparecerem, apesar da proteção que a lei lhes dispensa.

No processo de identificação de formas vegetais no interior da APA para elaboração do Mapa de Vegetação em escala de 1:25.000, foi possível perceber a existência de enormes manchas de vegetação densa, através de maciços

interligados e contíguos, fora da poligonal da unidade de conservação, no sentido oeste da porção inicial da APA, considerando o referencial N/S. Este maciço, em fotografias aéreas da década de sessenta e setenta, chegava a ser interligado com a Fazenda Camboinha e a Fazenda Saramandaia, ambas destinadas a projetos de Reforma Agrária e integrantes da poligonal da APA. Atualmente, após observações feitas em imagens de satélite fornecidas pelo INPE em escala de 1:100.000 produzidas em 1994, constata-se que fora quebrada a interligação entre os maciços, estando a área destinada aos assentamentos bastante fragmentada e repleta de clareiras. O grande maciço de floresta na porção oeste da APA entretanto ainda continua existindo, o que torna inteiramente possível um estudo mais aprofundado sobre esta área, com vistas ao estabelecimento de uma categoria de unidade de conservação mais restritiva com a finalidade da preservação total dos seus ecossistemas.

PECUÁRIA

Conforme já citado, o avanço das pastagens nas áreas com remanescentes florestais consiste em uma prática completamente antagônica ao manejo sustentado da unidade de conservação. Entretanto, tendo em vista a existência de diversas pastagens já formadas, a alternativa mais viável seria a pecuária leiteira intensiva, a ser instalada nas áreas já preparadas.

Em entrevistas com fazendeiros da área, verificou-se o interesse e alguns exemplos de intensificação da criação de gado. Os dois métodos mais comuns adotados são o uso de capineiras, com capim de corte, e o manejo do pasto em piquetes pequenos e rotativos. Estas podem ser medidas importantes para melhorar a alimentação do rebanho. De qualquer forma, tais investimentos só devem ser incentivados em áreas já desmatadas.

TURISMO

O motivo prioritário que levou o Governo do Estado a criar a Área de Proteção Ambiental do Litoral de Itacaré e Serra Grande, foi o desenvolvimento de projetos turísticos de baixa densidade, geradores de emprego e renda, através da compatibilização com os ambientes naturais.

Visando garantir a viabilização destes projetos, relaciona-se a seguir algumas recomendações fundamentais para a sua concretização:

Estímulo oficial ao surgimento de empreendimentos hoteleiros de baixa densidade e devidamente integrados ao ambiente natural, localizados, preferencialmente, entre as falésias costeiras do povoado de Serra Grande e as falésias rochosas próximas da cidade de Itacaré, situados especificamente, na planície costeiras existente entre os dois macro-ambientes. A implantação dos empreendimentos estará sujeita a aprovação mediante a análise detalhada e criteriosa dos projetos, que conterà, além das características do empreendimento, a descrição dos

ecossistemas da área, a legislação ambiental incidente e a concepção das soluções para equacionamento das questões relativas ao saneamento básico, conforme estabelecido pelo zoneamento econômico ecológico da APA.

Construção pelo poder público de terminal marítimo de apoio ao embarque e desembarque de passageiros que desejem visitar o rio de Contas e seus atrativos naturais.

Abertura de linha de crédito especial, acessível aos moradores da cidade de Itacaré e Uruçuca para viabilizar investimentos de apoio à futura demanda de serviços ligados ao turismo de visitação, tais como embarcações padronizadas para a prática do mergulho ecológico, furgões para a realização de passeios em fazendas, cachoeiras, etc., além de treinamento para guias mirins, ensino de língua estrangeira nas escolas municipais, cursos práticos sobre ecologia, elementos da mata atlântica, etc..

Isso irá gerar renda para a população local, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida, além de ter como vantagem o aproveitamento do conhecimento da população nativa. O envolvimento dessas pessoas em um programa de educação ambiental ajudará na conservação da qualidade ambiental da APA.

A vinda de pessoas de fora para explorar esse serviço não beneficiaria a população local e seguramente haveria evasão de recursos para fora da APA ou até para fora de Itacaré e do Estado.

A nova população residente em Itacaré, por exemplo, constitui-se em sua maioria de habitantes do sul do país e até de fora do Brasil, procurando viver aventuras e prazeres locais e, normalmente, "aproveitam" para fazer algum dinheiro. Muitos desses novos habitantes permanecem para sempre no local, mas a maioria permanece pouco tempo, ocupando e absorvendo o trabalho que seria do nativo, geralmente mal preparado para esta nova realidade.

Lugarejos litorâneos como Morro de São Paulo, Porto Seguro, Arraial D'Ajuda e Trancoso são exemplos de como a população nativa foi colocada à margem do processo gerador de riquezas, permanecendo apenas o novo habitante rotativo.

Modificação no atual padrão construtivo das embarcações, possibilitando o surgimento de multicascos, que navegam em áreas de baixa profundidade (cerca de 50 cm), não provocando ondulação e de baixo ruído (importante para o ecoturismo). A motorização pode ser elétrica (p/uso específico no rio de Contas) ou motores de popa convencionais. As embarcações devem ser padronizadas e dotadas de equipamentos de segurança. (em anexo modelo de embarcação sugerida para o turismo náutico no rio de Contas)

Apoio do poder constituído à prática do surf nas praias de Itacaré, sendo estes um dos melhores lugares do Brasil para este esporte.

Com uma população de maioria negra, percebe-se claramente uma tendência local de identificação pela música afro, em especial o "reggae" e pela capoeira, que poderia ser bastante incentivado como elementos fixadores de interesse pelo turista.

Definição de um padrão construtivo para as barracas de praia, especialmente nas praias do Ribeira e Tiririca (praia do surf), usando material rústico como madeira e piaçava e impedindo que as mesmas sirvam de residência para os comerciantes.

Priorizar o turismo de visitação e não de fixação, desestimulando a possibilidade de expansão de loteamentos.

EDUCAÇÃO AMBIENTAL

A Educação Ambiental se constitui num elemento norteador da qualidade de vida de uma determinada população, pois na medida que se conhece a dinâmica e a relação de causa e efeito que se estabelece num ambiente, é quase um imperativo respeitar os limites que esse mesmo ambiente impõe, e, a não ser a observância dessa prerrogativa inevitavelmente se reverterá em prejuízo a curto, médio ou longo prazo. Desta forma, a Educação Ambiental, ou seja, o modo de se comportar frente ao meio, de administrá-lo, é um agente transformador do cidadão e da sociedade civil, já que a resultante da relação — condições ambientais X administração dos recursos será o indicativo mais confiável da maturidade e do senso de coletividade humana.

Assim, a Educação Ambiental entra em parceria com o desenvolvimento sustentável, no sentido que promove o debate, em todos os níveis sociais, numa tentativa de que a humanidade caminhe junta em prol de um futuro melhor.

A Unesco define Educação Ambiental como um processo que visa formar uma população mundial consciente e preocupada com o ambiente e os problemas que lhe dizem respeito. Uma população que tenha os conhecimentos, as competências, o estado de espírito, as motivações e o sentido da participação e engajamento que permitam trabalhar, individual e coletivamente, para resolver os problemas atuais e impedir que se repitam.

No Brasil, os primeiros movimentos ligados à Educação Ambiental começaram na década de 60, quando o homem experimentou uma abrupta queda da qualidade de vida. A Fundação da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural foi precursora de movimentos ambientalistas, numa época em que nem mesmo tínhamos uma legislação ambiental, como já acontecia na maioria das nações. (Freire, 1991)

A constituição brasileira promulgada em 1988, tem todo um capítulo dedicado ao meio ambiente, assim como, a constituição estadual e as leis orgânicas dos

municípios. Mas, é a população no exercício da sua cidadania que fará das leis contidas nestes documentos, uma realidade na qual o cidadão tenha os seus direitos assegurados, garantindo, entre outros direitos, um ambiente ecologicamente equilibrado, como condição de uma melhor qualidade de vida; direito a áreas especialmente protegidas, através da criação de Unidades de Conservação Ambiental (Parques, APA's, Estações Ecológicas, etc.); direito de obter reparação de danos causados ao ambiente; direito de viver em condições dignas, a partir do oferecimento de adequado serviço de saúde, educação, habitação, saneamento básico, etc.

A instrumentação jurídica, orientando o que é, e o que não é permitido realizar em determinada localidade, ou mesmo, proporcionando uma leitura dos direitos do cidadão, é apenas uma vertente da busca de administrar os recursos naturais. A outra, vem a ser justamente a participação da comunidade demonstrando a sua insatisfação frente ao objeto de incômodo. Para isso, ela deve manter-se atenta à qualidade do ar que respira, da água que ingere, dos alimentos que consome, das áreas de lazer que frequenta, enfim, à preservação do seu patrimônio natural.

Para se obter a participação efetiva da população local, e para que esta atue como agente multiplicador em educação ambiental é preciso capacitá-la através de cursos, reuniões, palestras, peças teatrais, atividades práticas (trilhas monitoradas, plantio de sementes de árvores nativas, oficinas de pintura, oficinas de sucata e papel reciclado), apresentação de vídeos educativos e realização de debates. Tais atividades devem abordar temas como: cidadania, qualidade de vida, meio ambiente e educação ambiental, numa tentativa de desenvolver a habilidade, a conscientização, e sobretudo, a sensibilidade para a importância do ecossistema local.

Vale ressaltar que a Educação Ambiental é um processo de formação e informação, no qual a interdisciplinaridade norteia a discussão sobre a solução para problemas concretos envolvendo todos os setores da sociedade, desde os órgãos governamentais, até os não governamentais, de forma integrada.

A atual situação da APA, oferece um panorama preocupante ante ao desmatamento provocado pela exploração madeireira e expansão imobiliária sem um planejamento ambiental, o que pode comprometer a biodiversidade do local, que tem papel fundamental para a evolução e manutenção sustentável dos sistemas de vida da biosfera.

A ausência de um plano de gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos é outra preocupação, pois jogado em qualquer lugar o lixo compromete os mananciais de água, atrai vetores de doenças, causa impacto visual negativo nas praias, além de degradar importantes ecossistemas.

Por se tratar de uma área com um potencial turístico muito grande, e por isso susceptível a um crescimento no setor urbano, é necessário um programa de

educação ambiental, envolvendo a população local, dando-lhe conhecimento da importância do ambiente onde vive, transformando seus cidadãos em agentes multiplicadores, para atuarem junto aos visitantes, buscando uma mudança de atitude em relação ao meio ambiente.

A educação ambiental deve preparar o indivíduo, dando-lhe a oportunidade de adquirir um senso crítico e ser capaz de exercer a sua cidadania de uma forma auto libertadora e transformadora.

AÇÕES FÍSICO ESTRATÉGICAS

REDEFINIÇÃO DOS LIMITES DA APA

Com a conclusão do diagnóstico ambiental, especialmente os trabalhos do meio biótico, uma série de novas informações foram acrescentadas sobre o conhecimento regional da área estudada, principalmente após o sobrevôo efetuado entre as margens do rio de contas e a cidade de Ilhéus.

Observou-se especialmente, que dois grandes maciços florestais na porção oeste interior da apa, ficaram fora da poligonal, o que inclui os maciços da serra do capitão e da serra grande. a serra grande e seus grotões florestados, são responsáveis pelas nascentes de importantes rios na área estudada, que inclui o rio tijupe, formador do complexo estuarino que desagua na praia de itacarezinho, além de tributários de rio e riachos que desaguam na lagoa encantada.

Outra constatação efetuada durante os trabalhos de elaboração do Plano de Manejo da APA, é que a planície costeira existente entre a fóz do rio Almada (limite sul da APA da Lagoa Encantada), e a barra do rio Sargí (limite sul da APA Itacaré/Serra Grande), possuem o mesmo comportamento geo-ambiental, o que inclui os mesmos problemas de adensamento da planície costeira e o mesmo potencial existente para o turismo ao longo da costa, entre o litoral norte de Ilhéus e a cidade de Itacaré.

Diante do exposto, observa-se que as poligonais das APA's de Itacaré/Serra Grande e Lagoa Encantada, seccionaram importantes ambientes comuns, deixando fora das mesmas, áreas exponencialmente belas e de grande importância ecológica.

Recomenda-se portanto, que haja uma interligação entre a APA da Lagoa Encantada e a APA de Itacaré Serra Grande, considerando a inclusão das Serras Grande e do Capitão e os seus maciços florestais adjacentes. Para tanto, recomenda-se que o limite da APA de Itacaré /Serra Grande seja ampliado no sentido oeste até o local da desembocadura do riacho Capitão no rio de Contas. Recomenda-se também, que devido a alta fragilidade ambiental da fóz do rio de Contas e sua importancia estratégica para o eco-turismo de Itacaré, o limite norte da APA incorpore mais 1 Km além de suas margens até o seu encontro com o mar.

Desta forma, a ampliação aqui recomendada, consistiria nos seguintes limites: **Na porção norte, a poligonal ampliaria 1 km após o rio de Contas da sua fôz até o encontro com o riacho do Capitão; Neste ponto, a poligonal seguiria em linha reta até encontrar a poligonal da APA da Lagoa Encantada em seu ponto mais interior na porção norte da APA**, envolvendo todas as áreas existentes em seu interior, formando uma única Unidade de Conservação.

ELABORAÇÃO DE PLANOS DE REFERÊNCIA URBANÍSTICO AMBIENTAL - PRUA

Os núcleos urbanos presentes na APA de Itacaré/Serra Grande, especialmente a cidade de Itacaré e o povoado de Serra Grande, apresentam uma tendência crescente de descaracterização ambiental, com o adensamento populacional de áreas periféricas, notadamente sobre as encostas de morro e margens de rios e riachos.

A cidade de Itacaré necessita urgentemente de critérios e parâmetros urbanísticos para a sua expansão, dado a velocidade como o adensamento urbano avança, sem nenhum ordenamento territorial ou plano de crescimento.

DEFINIÇÃO DE MANEJO ESPECÍFICO PARA A ESTRADA PARQUE ILHÉUS-ITACARÉ

A região que engloba o litoral de Itacaré a Serra Grande até a década de sessenta, consistia em uma imensa floresta típica dos ecossistemas de Mata Atlântica. Em 30 anos, grande parte desse significativo maciço florestal deixou de existir, especialmente pela ação devastadora da indústria madeireira. Atualmente, cerca de 30% desta antiga cobertura vegetal ainda se faz presente sobre os morros e encostas do litoral de Itacaré e Serra Grande, definindo uma paisagem tropical singular.

A atual estrada existente entre Ilhéus e Itacaré é relativamente recente e caracteriza-se por ser uma estrada rural, cortando fazendas e sítios, com formato bem sinuoso. Construída basicamente no topo dos morros, a cada curva vencida, a imagem do mar se faz presente.

Considerando a paisagem singular existente no trecho Itacaré/Serra Grande e o fato da estrada cortar uma Unidade de Conservação, propõe-se que a mesma possua tratamento diferenciado, com critérios rígidos para sua construção e manutenção, através do manejo específico para Estradas Parque.

Sugere-se assim, uma série de medidas que devem ser adaptadas e aprimoradas pela Administradora da APA, tais como:

- A Estrada Parque deverá possuir área de domínio mínima de 120 metros, considerando 60 m. de cada lado apartir do acostamento;

- A área de domínio deverá possuir Zoneamento próprio, compatível com uma Zona de Proteção Visual, onde se implementará o controle rígido da paisagem dominante;
- Não poderá haver retirada da vegetação nativa na área de domínio;
- Nos trechos onde se visualiza o mar e não existe vegetação de grande porte, deverá haver revegetação com coqueiros;
- Qualquer nova estrada vicinal que vier a se entroncar com a Estrada Parque, deverá ser submetida a licenciamento específico, sob acompanhamento da Administradora da APA;
- A área de domínio dos 60 m. deverá ser obrigatoriamente mantida pelos proprietários de terras que acompanham a estrada, sob fiscalização da Administradora da APA;
- Para construção da Estrada Parque, as obras que impliquem em alteração do relevo e desmatamento, só poderão ocorrer na área de 30 m. (largura da base ou off-set) ou em casos excepcionais sob aprovação da Administradora da APA.

As obras de colocação de energia elétrica atenderão aos seguintes critérios:

- na planície costeira, só poderá ser utilizada a área do off-set;
- nas áreas onduladas, a linha de energia deverá possuir afastamento mínimo de 120 metros da estrada e não deverá ficar acompanhando necessariamente o traçado da mesma.

Deverão ser construídas duas guaritas para controle do fluxo da estrada, sendo uma na saída de Ilhéus e outra na saída de Itacaré, possuindo também a função de controle da comercialização e transporte de madeira, além de educação ambiental para os usuários da Estrada Parque e informações sobre o manejo e gestão da APA.

A velocidade para o trecho Serra Grande/Itacaré deverá ser orientado para o máximo de 60 Km/h.

Considerando o processo executivo de construção e ampliação da Estrada Parque Ilhéus-Itacaré, serão relacionados à seguir uma série de medidas mitigadoras dos possíveis impactos ambientais negativos que possam ser

gerados, conforme elaboração dos Estudos Ambientais para a estrada, efetuado pela COBRAPE (1994):

a) Fase de implantação da estrada

- Proteção dos taludes de corte e aterro como prevenção do aumento de turbidez das águas, prevendo-se declividades suaves, solos compatíveis com a obra de engenharia (a declividade dos eventuais taludes deve atender a estabilidade determinada pelos ensaios geotécnicos e também harmonizar-se com o relevo natural) e proteção através do plantio de gramíneas ou outros espécimes vegetais que aprimore a sua sustentação;
- A remoção da cobertura vegetal e do horizonte A dos solos deve ser restringida ao mínimo necessário, evitando-se movimentação de máquinas fora da faixa de domínio;
- Replantar, sempre que possível, em áreas adjacentes as espécimes arbóreas retiradas;
- Desmatar as áreas estritamente necessárias para a implantação de novos trechos/desvios da estrada.
- Não permitir a queima da vegetação retirada e não aproveitada com replantio, prevendo-se a sua comercialização ou doação;
- Criar viveiros para produção e aclimação das espécies que serão replantadas nas áreas que deverão sofrer recomposição vegetal.
- Após remoção da vegetação e horizonte A nas áreas de taludes, bota-foras e caixas de empréstimos, o material destes solos deverá ser novamente fixado (edafização), através da recomposição do horizonte A (terra vegetal) e recomposição da vegetação;
- Dispor em local adequado o material proveniente de bota-fora, não permitindo a sua disposição final nas áreas de preservação previstas em lei, ou sejam: margens de rios e lagoas, maguezais, etc..
- O canteiro de obras deve ser instalado próximo as cidades para usufruir da infra-estrutura local. Deverão ser projetados adequadamente os sistemas de drenagem e esgotamento sanitário, tendo-se o cuidado de dispor de modo correto o lixo gerado (pequenos aterros sanitários);
- O estabelecimento das unidades de apoio à construção do empreendimento (canteiro de obras, áreas de empréstimo e bota-fora), devem ser localizadas em sítios que, além de atenderem a condições técnicas necessárias, apresentem-se já com um perfil ambiental deteriorado, a fim de que novas áreas não sejam degradadas;

- Manter sistema de vigilância permanente no canteiro de obras buscando evitar a disposição inadequada do lixo, o corte da vegetação e a utilização das áreas externas como sanitário;
- Dotar as instalações provisórias do canteiro de obras de água potável, instalações sanitárias, chuveiros, refeitório e quartos para alojamento dos operários residentes;
- Não permitir lavagem de máquinas e veículos nos cursos d'água ;
- Tomar cuidados especiais com oficinas, rampas de veículos e usinas de asfalto, quando for o caso, no que se refere a manutenção, devido a possibilidade de derrame de óleo nos rios, prevendo-se sistema de drenagem e instalação de caixas para retenção de óleos e graxas ;
- Não permitir a disposição dos materiais provenientes das escavações nos cursos d'água e áreas de preservação;
- Não permitir depósito de equipamentos e materiais nas áreas de preservação.
- Evitar derrame de material betuminoso nas margens da rodovia, nas áreas de preservação e nos cursos d'água.
- Dotar a usina de asfalto de filtro para reter poluentes atmosféricos e localizá-la afastada das aglomerações populacionais;
- Construir muretas de proteção dos tanques de depósito de materiais betoneiros, de forma a proteger o solo, o sub-solo e as mananciais hídricos, no caso de vazamento;
- Retirar a camada de solo orgânico, nas áreas de jazidas, não permitindo que o mesmo seja misturado com o substrato e conservar aquela camada de solo em local protegido, a fim de que possa ser usada posteriormente no revestimento vegetal para recuperação das áreas mineradas;
- Projetar sistemas de drenagem superficial nas áreas de empréstimo objetivando evitar erosão e assoreamento e melhorar a estabilidade destas áreas de escavação.
- Projetar adequadamente o escoamento das águas para os taludes e as obras de arte.
- Proteger as rampas de acesso às obras de arte, através de declividades adequadas e cobertura vegetal.
- A exploração de pedreiras, se for o caso, deverá obedecer a um plano de desmonte específico.

- A transposição de manguezais deverá levar possibilitar a livre passagem das marés (preamar) a fim de não prejudicar o equilíbrio do ecossistema;
- Manter permanentemente desobstruídas as obras de arte e de drenagem para permitir o fluxo das águas sem causar alagamentos das regiões contíguas ao leito da estrada;
- Priorizar a mão-de-obra local para utilização na fase de construção da estrada;
- Fazer o controle de saúde dos trabalhadores como forma de prevenir a disseminação de doenças;
- Implantar passarelas para pedestres nos locais onde a estrada atravessa núcleos urbanos;
- Os sítios ocupados pelas unidades de apoio (canteiro de obras, áreas de esanistimo e bota-fora), ao fim das obras, deverão receber tratamento privilegiado de recuperação e restauração ambiental, com atividades de revegetação utilizando-se espécies nativas, e obras de engenharia a fim de reintegrar esses espaços à paisagem local e gerar condições de estabilidade ao terreno. Para melhor viabilização desses objetivos poderá ser elaborado o Plano de Recuperação das Áreas Degradadas, contendo :
 - Remoção das instalações de apoio e maquinários e limpeza geral;
 - Constituição de processos de estabilização do terreno;
 - Recomposição da topografia,
 - Revegetação, utilizando-se a utilização de espécies nativas.

b) Fase de operação da estrada

- Inspecionar semestralmente a estrada para detecção de fatores que possam vir a causar danos para o corpo estradal, elaborando-se Relatório de Inspeção, para adoção das medidas corretivas necessárias.
- Inspecionar indícios de insuficiência e/ou problemas na drenagem sub-superficial e profunda, notadamente nos cortes e saias de aterros.
- Dar manutenção a cobertura vegetal implantada.
- Em se tratando de solos de elevada instabilidade, especial atenção deve ser dada ao dimensionamento da drenagem e valetas de proteção, considerando-se os dados meteorológicos regionais;

- Nas áreas onde ocorrem os solos hidromórficos gleizados, que apresentam restrição de drenagem e teores de matéria orgânica importantes, as condições geotécnicas são desfavoráveis, com baixa capacidade de suporte e lençol freático próximo a superfície. Nestas áreas é importante otimizar o sistema de drenagem em função do regime pluvial e formar uma sub-base para a estrada, com material que impeça a elevação do lençol freático por capilaridade.
- Após conclusão das obras o "corredor" formado pela estrada e sua faixa de domínio deverá passar por um processo de restauração, com a construção de redes de drenagem e outras ações de caráter cênico: revegetação e construção de mirantes em locais de maior visualização da paisagem, como, por exemplo, a subida para o povoado de Serra Grande. Realça-se a importância dessas ações pela vocação turística da região e por suas belas paisagens naturais;.
- Adotar medidas para contenção dos deslizamentos dos terrígenos ao longo das encostas, na localidade de Pé da Serra, Km 35.
- Manter ao máximo a cobertura vegetal ao longo do trecho entre os Km 54 e 60 a fim de evitar-se deslizamentos de material argiloso saturado pelas águas de chuva.
- Desenvolver programa de educação ambiental objetivando a conscientização para a conservação dos recursos naturais da região, incluindo também os aspectos de segurança na travessia da pista de rolamento. Poderão ser utilizados folhetos com desenhos explicativos;
- Elaborar programas para preparo das populações com relação a novas oportunidades econômicas decorrentes da construção da estrada, buscando treiná-las para assumir nossas funções não só no comércio como também no atendimento aos turistas, veranistas, etc, evitando-se a importação de mão de obra de outros centros;

AÇÕES COMPLEMENTARES PARA SUSTENTABILIDADE DO MANEJO

Revisar junto ao INCRA a situação dos atuais bolsões de floresta existente nas áreas de assentamento das Fazendas Cambinha e Saramandaia, considerando-se a possibilidade de remanejamento dos posseiros atingidos, relocando-os em áreas limítrofes do assentamento e que já estejam desmatadas. Esta solução em caso de consenso, preservaria os remanescentes ainda existentes e promoveria uma melhoria nas condições de cultivo dos assentados, tendo em vista a constatação de que a existência da floresta consiste em um problema operacional para os mesmos.

Criar programas de Educação Ambiental que incluam a população nativa como componente ativos para a multiplicação da "atitude" de conservação dos recursos naturais da área e criação do programa de Voluntário do Meio Ambiente.

Sinalizar, na medida do possível os limites da APA, com indicativos de zonas e informação gerais sobre as mesmas, com vistas a garantir informações de forma mais ampla para a população.

Imprimir a este Plano um caráter de atividade permanente, exigindo capacitação técnica das equipes dos órgãos de Planejamento Municipal, tanto da cidade de Itacaré como Uruçuca e envolvimento político da sociedade;

Incentivar o relacionamento entre municípios vizinhos, pensando-se como parte de um espaço econômico e social comum, mesmo municípios não incluídos na poligonal da APA, mais que possuam interesses convergentes, a exemplo de Ubaitaba e Ilhéus.

Prestação de serviços comuns aos municípios de Itacaré e Uruçuca, visando o desenvolvimento da micro-região, a partir de soluções técnicas e negociações políticas;

Induzir investimentos turísticos na região a partir da consolidação das vilas turísticas, ao longo da orla, associando estas localidades a recursos naturais e aquáticos, induzindo investimentos privados para áreas previamente infra-estruturadas, observando-se o zoneamento proposto;

Produzir um desenvolvimento regional de forma integrada, sem prejuízo das devidas autonomias;

Treinamento e aperfeiçoamento de servidores municipais para atuarem na operacionalização de atividades de planejamento da APA;

Fortalecimento de capacidade gerencial dos municípios, a partir da cooperação intermunicipal e intergovernamental;

Somar capacidades financeira, técnica, administrativa e gerencial, nem sempre disponíveis a uma única comunidade municipal;

Promover a implementação de viveiros de mudas em parceria com as prefeituras de Itacaré e Uruçuca, utilizando espécies endêmicas e raras existentes e extintas na região, como instrumento de repovoamento e enriquecimento da biodiversidade local, especialmente em margens de rios e riachos próximos da cidade, além de praças públicas e arborização de ruas.

Considerando a viabilização econômica dos sistemas agroflorestais e agrosilvicultura, poderia ser criada uma linha de crédito especial para implementação destes projetos, tendo em vista a importância sócio-ambiental dos mesmos.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGRA FILHO, S. Planejamento e gestão da zona costeira: alguns elementos de balizamento. *Análise & Dados*: CEI, v.4, n. 2/3, dez. 1994. p. 101-104, 293 p.
- ANDRADE, M. ANTÔNIO DE. Aves Silvestres - Minas Gerais. Belo Horizonte (MG): Conselho Internacional Para a Preservação das Aves (CIPA), 1992, 176p.
- ANDRADE, M. ANTÔNIO DE. A vida das aves. Belo Horizonte (MG): Editora Littera Maciel, 1993, 160p.
- ANDRADE, M. ANTÔNIO DE. Lista de campo das aves do Brasil. Belo Horizonte (MG): Fundação Acangaú, 1995, 40p.
- ANTAS, PAULO DE TARSO Z. Migração de aves no Brasil. Anais do II Encontro nacional de anilhadores de aves. Rio de Janeiro (RJ): Editora Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1987, p.153.
- ARCANJO, J. B. A (1990)-Texto Explicativo para a Folha SC 24 Y B VI. Itabuna. CPRM/DNPM, 316p.
- ARGÔLO, A. J. S. Considerações sobre a ofidiofauna do cacauais do sudeste da Bahia, Brasil. Monografia. Universidade Estadual de Santa Cruz. Ilhéus (BA). 1992, 65p.
- ARGÔLO, A. J. S. Serpentes peçonhentas dos cacauais da Bahia: Aspectos de interesse sanitário. Rio de Janeiro (RJ): Livro de resumos do XX Congresso brasileiro de zoologia, UFRJ, 1994, p.103.
- ASMUS, H. E. & PORTO, R (1980). Diferenciação nos estágios iniciais da evolução da margem continental brasileira: Possíveis causas e explicações. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOLOGIA. Camboriu. p. 225-233.
- Atual situação da Unidade de Conservação do Brasil. Salvador: UFBA, 1990. 34 p.il. (Monografia de Bacharelado em Ciências Biológicas- Instituto de Biologia).
- BAHIA. Ministério da Agricultura. Diagnóstico sócio-econômico da região cacauera: Recursos Florestais. Ilhéus: CEPLAC, v.7, 1976. 245 p.
- BARNEBY, R.C.; CARVALHO, A.M. de. The Genus Zollernia (Fabaceae: Swartziaeeae) in Bahia, Brazil In Brittonia, by The New York Botanical Garden, Bronx, New York 45 (3), p. 208-212, 1993.
- BECKER, M. & DALPONTE J.C. Rastros de mamíferos silvestres brasileiros. Brasília (DF): Editora Universidade de Brasília, 1991, 180p.
- BENJAMIN, Cesar. Diálogo sobre ecologia, ciência e política. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993. 198 p.
- BITENCOURT, A. C. S. P. et alli. Mapa Geológico do Quaternário Costeiro do Estado da Bahia-1:250 000. Textos explicativos. Salvador. 1980. SME/CPM. 14p.
- BITENCOURT, A. C. S. P. et alli.(1994)- As coberturas Terciárias e Quaternárias do interior e da zona costeira, p 109 a 122. In: Geologia da Bahia- Texto explicativo para o Mapa Geológico do E ao milionésimo. SME/UFBA.
- BLANCO, D. E. & CAEVARI, P. Censo Neotropical de aves acuáticas - Humedales para las américas (WA). Buenos Aires, Argentina, 1993, 166p.

- BORGES, D. M. & LIMA VERDE, J. S. Distribuição geográfica de serpentes, lagartos e anfisbênios nos principais tipos vegetacionais do estado do Ceará. Rio de Janeiro (RJ): Livro de resumos do XX Congresso brasileiro de zoologia, UFRJ, 1994, p. 108
- BRASIL. Ministério das Minas e Energia. Projeto RADAMBRASIL. folha SD. 24 Salvador; geologia, geomorfologia, pedologia, ação e uso potencial da terra. Rio de Janeiro, 1981. 624 p. il. 5 mapas (Levantamento de Recursos Naturais, 24). Folhas na escala 1: 250.000.
- CAMPOS, Z. M. DA SILVA. Ecologia reprodutiva de Iguana iguana no Pantanal. Rio de Janeiro (RJ): Livro de resumos do XX Congresso brasileiro de zoologia, UFRJ, 1994, p. 103.
- CARBONELL, M. & SCOTT, D. A. Inventario de humedales de la region neotropical. IWRB, Slimbridge & UICN Cambridge, 1986, 62p.
- CARVALHO, A.M. de ; THOMAS, W.M. Estudo fitossociológico de Serra Grande. In: CONGRESSO NACIONAL DE BOTÂNICA, XLIV, São Luis, 24 a 30 de janeiro. Maranhão: Sociedade Botânica do Brasil/ Universidade Federal do Maranhão, v.1, 1993. p. 224, 231 p.(Resumo)
- CARVALHO, A.M. de et. al. Aspectos florísticos de um trecho de Mata Atlântica em Serra Grande. In: CONGRESSO NACIONAL DE BOTÂNICA, XLIV, São Luis, 24 a 30 de janeiro. Maranhão: Sociedade Botânica do Brasil/ Universidade Federal do Maranhão, v.1, 1993. p. 32, 231 p.(Resumo)
- CARVALHO, O. Nordeste Brasileiro: uma visão política de desenvolvimento sustentável, ecologia e mercados. Análise & Dados: CEI, v.4, n. 2/3, dez. 1994.
- CARVALHO, V.C. Imagens e computadores: vegetação à vista. In: Ciência Hoje, v. 7, n. 38. p.26-32 dez. 1987.
- CERQUEIRA, A. S., - Destinação do lixo: uma abordagem mundial . Monografia da disciplina Tópicos Especiais em Economia dos Recursos Naturais e do Meio Ambiente - Faculdade de Economia da UFBA, Salvador, 1994, 42 p.
- COELHO, Cláudia M.P. Estudo analítico e crítico da legislação ambiental e da atual situação da Unidade de Conservação do Brasil : Salvador-UFBA, 1990. 34 p.il. (Monografia de Bacharelado em Ciências Biológicas)
- CORSON, W.H. Manual global de ecologia - o que você pode fazer a respeito da crise do meio ambiente. São Paulo: Ed. Augustus. 1993. 413 p.il.
- CORTES, Maria de F.R. Uma abordagem sobre a situação da Mata Atlântica no Estado da Bahia. Salvador: UFBA, 1993. 89 p.il. (Monografia de Bacharelado em Ciências Biológicas- Instituto de Biologia)
- CPRM (1991) Programa Levantamentos Geológicos Básicos do Brasil. Folha Itabuna. Escala de publicação 1:100 000.
- CPRM. Programa Levantamentos Geológicos Básicos do Brasil. Folha Itabuna. 1991. Escala de publicação 1:100 000.
- EMMONS, L. H. Neotropical rainforest mammals - A field guide. The University of Chicago Press Ltda, London. 1990, 281p.

- FILIPPINI, A. Captura com marcação e recaptura da tartaruga-marinha *Eretmochelys imbricata* (tartaruga-de-pente) nas ilhas oceânicas brasileiros. Salvador (BA): Livro de resumos do XVIII Congresso brasileiro de zoologia, UFBA, 1991, p. 328.
- FONSECA, E. C. M., LIMA, R. A., NUNES, T. B., LIRA-DA-SILVA, R. M. & CASAIS -E-SILVA, L. L. Serpentes da região urbana de Salvador (BA), Brasil. Rio de Janeiro (RJ): Livro de resumos do XX Congresso brasileiro de zoologia, UFRJ, 1994, p.104.
- FONSECA, GUSTAVO A. B. DA et al. Livro vermelho dos mamíferos brasileiros ameaçados de extinção. Belo Horizonte (MG): Fundação Biodiversitas, 1994, 479p.
- FREITAS, MARCO ANTÔNIO DE. Levantamento da fauna de vertebrados da Reserva Biológica de Una (BA). Salvador, 1990, 4p.
- FURTADO, M. F. D. Estudo das ações tóxicas dos venenos de Bothrops (SERPENTES: VIPERIDAE). Londrina (PR): Livro de resumos do XVII Congresso brasileiro de zoologia, Universidade Estadual de Londrina, 1990, p. 411.
- GRANTSAU, R. As cobras venenosas do Brasil. São Bernardo do Campo (SP): Bandeirante, 1991, 100p.
- HARRISON, PETER. Seabirds an identification guide. 2° ed. Christopher Helm, A. & C. Black, London, 1989. 488p.
- HILDEBRAND, NILTON. Análise da estrutura dos vertebrados. 3° ed. São Paulo (SP): Atheneu Editora São Paulo Ltda., 1995, 700p.
- JAAKKO PÖYRY. Eia-Rima do Complexo Produtor de Celulose. São Paulo (SP). 1994. (Diagnóstico Ambiental - Meio Biológico).
- JOLY, A.B. Botânica: introdução à taxonomia vegetal. 7 ed. São Paulo: Ed.Nacional, v. 4, 1985. 777 p.il.
- LIMA, R. C. C et alli. Projeto Turfas na faixa costeira Bahia-Sergipe. Relatório Integrado. V.1. CPRM. Salvador. 1982. 129p.
- MABESSONE, J. M. & CASTRO, C (1975). Desenvolvimento Geomorfológico do Nordeste Brasileiro. Boletim Núcleo Nordeste da SBG. n.3. 1975. p.3-35.
- MAIA, M. P., BRASILEIRO, M. T., MAIA, P. C. & BRASILEIRO, A. G. R. Dados patológicos e biométricos de *Puffinus gravis* e *Calonectris diomedea* (PROCELLARIIDAE) no município de Salvador (BA). Recife (PE): Livro de resumos do IV Congresso brasileiro de ornitologia, URPE, 1994, p.115.
- MARQUES, O. A. V. & PUORTO, G. Aspectos do comportamento alimentar e defensivo em *Erythrolamprus aesculapii* (SERPENTES, COLUBRIDAE). Salvador (BA): Livro de resumos do XVIII Congresso brasileiro de zoologia, UFBA, 1991, p. 309.
- MARQUES, O. A. V. & PUORTO, G. Observações preliminares sobre a alimentação de *Erythrolamprus aesculapii* (COLUBRIDAE) e *Micrurus corallinus* (ELAPIDAE). SERPENTES. Londrina (PR): Livro de resumos do XVII Congresso brasileiro de zoologia, Universidade Estadual de Londrina, 1990, p. 409.

- MARTIM et all (1980)- Geologia do Quaternário Costeiro do Estado da Bahia: SME/UFBA, 14 p.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO - Em aberto - tema: educação ambiental - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, v.10, nº 49, Brasília,1991, 74 p.
- NARDELLI, PEDRO MÁRIO. A preservação do mutum-de-alagoas, *Mitu mitu*. Nilópolis, Riode janeiro: Zôo-botânica Mário Nardelli, 1993, 251p.
- NEIMAN, Z. Era verde ? ecossistemas brasileiros ameaçados. 3 ed. São Paulo: Atual, 1989, 103 p.il.
- NEVES, J. P. & SOUZA, J. D (1984). Projeto Mapas Metalogenéticos e de Previsão de Recursos Minerais. Folhas SD 24 Y B Ilhéus e SD 24 Z A Itacaré, 1:250000, V.1. Textos e mapas. CPRM. Salvador. 47 p.
- ODUM, E.P. Ecologia. Rio de Janeiro: Ed.Guanabara. 1986. 434 p.il.
- OLIVER, W. L. & SANTOS, I. Threatened endemic mammals of the atlantic forest region of south-east Brasil. Special Scientific Report nº 4 . Jersey. Wildlife Preservation on Trust, 1991. 126p.
- PALAZZO JÚNIOR, J. T. & BOTH, M. DO CARMO. Guia dos mamíferos marinhos do Brasil. Porto alegre (RS): Sagra Ltda. , 1988, 156p.
- POUGH, F. H., HEISER, J. B. & MACFARLAND, W. N. A vida dos vertebrados. 2º ed. São Paulo (SP): Atheneu Editora São Paulo Ltda., 857p, 1993.
- RICHARDS, ALAN. Birds of the tideline - Shorebirds of the northern hemisphere. Dragons World Ltda. London.1988. 223p.
- RIZZINI, C.T. Árvores e madeiras úteis do Brasil : manual de dendrologia. 2 ed. São Paulo: Ed.Edgard Blücher Ltda., 1978. 296p. il.
- RIZZINI,C.T.; MORS, W. B. Botânica econômica brasileira. São Paulo: EPU, 1976. 207 p.
- SÃO PAULO. Prefeitura Municipal.Secretaria municipal do verde e do meio ambiente.A questão ambiental urbana: cidade de São Paulo. São Paulo: A Secretaria.1993. 766 p.il.
- SCHULTZ, A.R.H. Introdução à botânica sistemática.5 ed. rev. Porto Alegre: Ed. da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, v.2, 1985. 414p.il.
- SICK, HEMULT. Ornitologia brasileira, uma introdução. 3º ed., v.1. Brasília: Universidade de Brasília,1988. 429p.
- SILVA, FLÁVIO. Mamíferos silvestres - Rio Grande do Sul. 2º ed. Porto Alegre (RS): Fundação Zôobotânica do Rio Grande do Sul, 1994, 264p.
- SILVA, L.A.M. et. al. Nomenclatura vulgar e científica de plantas encontradas na região cacauieira da Bahia. Boletim Técnico.Ilhéus:CEPLAC/CEPEC, 1982. n.95. 79 p.
- TAVARES, S. Madeiras do nordeste do Brasil. Pernambuco: Universidade Rural de Pernambuco, 1959. 177 p. (Monografia V).
- VALADÃO, R. C. & DOMINGUEZ, J, M, L(1994) Opening of the south atlantic ocean and denudation of the São Francisco Craton, Brasil. In: 14 International Sedimentological Congress. Recife. p.10-11.

- VIVO, MÁRIO DE. Taxonomia de *Callithrix Erxleben*, 1977 (CALLITRICHIDAE, PRIMATES). Belo Horizonte (MG): Fundação Biodiversitas, 1991, 105p.
- VOOREN, C. M. & FERNANDES, A. C. Guia de albatrozes e pétreais do sul do Brasil. Porto Alegre (RS): Sagra Ltda., 1989, 99p.

DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA



DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA



Rio Tijuipinho entre a Mata ciliar



Praia de Itacarezinho



Aspecto da praia de Pé de Serra



Aspecto do interior do povoado de Serra Grande



Barracas na praia da Ribeira



GERCO
PARA CONSULTA
CR. RAHA

Sanitário público na praia do Surf



Atividade madeireira em Serra Grande



Pesca da lagosta na cidade de Itacaré